

ELOGIO ACADÉMICO DE AQUINO DE BRAGANÇA²⁴

Carlos Serra

O duplo problema das biografias

Existem dois problemas na produção de biografias: por um lado, a totalização e a unificação do “eu” de alguém; por outro, o destaque dado a este ou aquele fenómeno, a esta ou àquela situação.

A totalização e a unificação do eu consiste em sublimar no absoluto o percurso biográfico de alguém. O percurso histórico de alguém, consiste em dotar esse alguém da capacidade absoluta de se auto- produzir e auto-reproduzir, como se, demiurgo, dispensasse a história, dispensasse o conjunto complexo de movimentos e laços que fazem a teia sem fim da história humana. Mas não só. Frequentemente, somos tentados a absolutizar este ou aquele aspecto da vida do biografado, este ou aquele momento, esta ou aquela faceta da personalidade, como se o biografado pudesse ser amputado dos múltiplos aspectos que o fazem “ele” na história social. No caso de Aquino de Bragança, seria fácil seccionarmos a sua vida e elegermos facetas específicas do género “o cientista”, “o jornalista”, “o diplomata”, “o homem de fala elegante”, etc.

Nesta intervenção, tentarei evitar os dois problemas, trabalhando não tanto com a biografia de Aquino de Bragança, não tanto com aquilo que foi e fez, quanto com (permitam-me dizer o que vou dizer) o seu papel de espelho vivo e brilhante da história do nosso país, história em seu duplo sentido: parte de nós e parte dos outros, nacional e internacional, história, afinal, da humanidade, rica e múltipla, que somos neste Moçambique abraçado pelo Índico.

24 Este texto foi escrito em 2013 e lido nesse ano na cerimónia de outorga do Doutoramento *Honoris Causa* a Aquino de Bragança, realizada em Maputo no Centro Cultural Universitário da Universidade Eduardo Mondlane.

Entre a história universal e a história local: Aquino como ponto de intercepção e ampliação

Aquino de Bragança nasceu em Goa, um concelho do distrito de Goa Norte. Filho da milenar cultura da Ásia indiana, mas também filho da cultura portuguesa que habitava a Índia desde o século XVI, Aquino de Bragança trouxe e traz para a nossa cultura o selo da multiculturalidade.

Goa é especialmente importante para a história do nosso país, em particular a partir do século XVIII. De Goa vieram muitos dos primeiros-oficiais mecânicos, dos ourives, dos medidores de ouro, dos funcionários dos correios e dos proprietários de terras que trabalharam e se fixaram na Ilha de Moçambique, no vale do Zambeze e na então Lourenço Marques. De Goa vieram, a partir do século XX, médicos, engenheiros, arquitectos, etc.

Aquino de Bragança, que viajou um bocado pelo mundo, europeu e africano, era, afinal, um filho da humanidade, era habitado por inteiro pela humanidade, pela multinacionalidade. Aquino de Bragança era e é o ponto de intercepção entre a história universal e a história local.

Mais do que Aquino de Bragança ele-mesmo, Aquino de Bragança era e é a história múltipla, a história-horizonte.

Do físico e do engenheiro químico ao cientista social

Aquino de Bragança estudou física e engenharia química. Fazer parte do mundo das chamadas ciências exactas parecia ser o seu destino. Porém, esse destino teve outro rumo.

Hostil ao colonialismo, hostil a todas as formas que magoavam física e mentalmente os seres humanos, Aquino de Bragança aprendeu a caminhar - partilhando-a, vivendo-a - pela história das libertações nacionais, pela história dos movimentos de libertação nacional das então colónias portuguesas, designadamente em França, Marrocos e Argélia. Foi nesse húmus, foi sob o êmbolo das lutas de libertação, que Aquino de Bragança passou das ciências ditas exactas para as ciências sociais, trilhando igualmente o jornalismo.

Foi como cientista social que Aquino de Bragança foi em 1976, pelo então Reitor, Fernando Ganhão, nomeado Director do Centro de Estudos Africanos.

Afinal, se a sua real pátria não tinha fronteiras físicas, a sua real ciência não tinha fronteiras epistemológicas.

Moçambicanização pela luta de libertação

Existem duas maneiras de sermos cidadãos de um país: a formal e a real. Na nacionalidade formal, o bilhete de identidade é o documento aferidor. Na nacionalidade real, várias situações e vários fenómenos podem ser decisivos.

No caso de Aquino de Bragança, foi a luta de libertação, foi a luta por um futuro social digno que o levou a se moçambicanizar.

Cidadão asiático, cidadão de Goa, cidadão do mundo, cidadão da liberdade e da dignidade dos povos, Aquino de Bragança tornou-se moçambicano, moçambicano produzido e reproduzido pelas lutas de libertação em geral e pela luta de libertação do nosso país em particular.

Este é mais um campo que prova a dialéctica das biografias: fazemos a história porque somos feitos por ela.

Dois tipos de luta de libertação: a nacional e a social

Existem dois tipos de lutas de libertação: a nacional e a social. No primeiro caso, o fundamental consiste em libertar um país do jugo colonial de uma potência estrangeira, mantendo, porém, intactas, as relações sociais de produção e distribuição. Por outras palavras: trata-se da mera substituição dos gestores estatais estrangeiros pelos gestores estatais nacionais. No segundo caso, o fundamental consiste em libertar duplamente um país, seja do jugo colonial, seja do jugo das relações sociais de produção e distribuição vigentes. Por outras palavras: trata-se da substituição dos gestores estatais estrangeiros e do modelo vigente de produção e de reprodução da vida por novos tipos de gestores, tendo em vista a construção de uma sociedade mais solidária, menos injusta.

A história da luta de libertação do nosso país foi, exemplarmente, o exercício do segundo tipo de libertação. Na verdade, foi questão não apenas de substituir o colonizador, mas também, o sistema social por ele produzido; importou tanto descolonizar as mentes quanto dessocializar o colonialismo.

Aquino de Bragança foi o espelho reflector desse tipo de libertação, escrevendo sobre a história desse tipo de libertação e das suas lutas internas, tal como procurarei mostrar brevemente a seguir.

O marxismo de Samora

Entre os muitos textos aquinianos, encontra-se um que, em meu entender, merece ser imperativamente recordado.

Chama-se "O Marxismo de Samora", apresentado num congresso de sociologia realizado em Upsala, Suécia, e publicado em 1980 em "Três Continentes". Esse trabalho é um excelente espelho da complexidade da luta de libertação nacional e dos primeiros anos da nossa independência.

Na transformação da luta armada em revolução e na luta contra a "noite colonial" (sic), Aquino destaca a luta das duas linhas na Frente de Libertação de Moçambique. Vou citá-lo:

(...) É então que a luta armada se transformará em Revolução como "um rio que, à medida que avança, engrossa incorporando novas forças e atira progressivamente para as margens as impurezas que transporta" (Samora Machel).

Não se trata de traçar aqui o histórico deste combate contra a "noite colonial" mas de nos interrogarmos sobre o seu desenvolvimento irregular, sobre as crises periódicas que culminam na radicalização e na tomada de consciência de luta de classes e permitem a emergência de um pensamento marxista em Moçambique.

Duas linhas "antagónicas" coabitam no seio da FRELIMO e dividem a organização desde a sua criação: os "nacionalistas do exterior", durante muito tempo separados do país, defendem a "retomada do diálogo com a metrópole colonial" e apelam para que a ONU "faça pressão sobre o governo de Lisboa" a fim de o levar a conceder a independência a Moçambique. Por outro lado, o grosso dos "militantes do interior", que se juntam à FRELIMO depois da sua criação, conhecem a situação real do país e alinham, pelo contrário, com as teses de Mondlane (Bragança, 1980:45).

Há uma pergunta importante a fazer, que é esta: contra quem era dirigida a luta, contra o quê foi preparada a revolução? Vou novamente citar Aquino:

Desde a sua criação, a FRELIMO dá a esta pergunta uma resposta original. Dado que, segundo Samora, não há "nem bons em maus colonialistas", o inimigo a abater é o "sistema colonial-fascista" e não o "povo português", vítima ele também da opressão fascista.

Ao precisar no seu 1º Congresso (23-28 de Setembro de 1964) que fixou por tarefa "pôr fim à exploração do homem pelo homem" pela liquidação das relações capitalistas e imperialistas no país, a FRELIMO tinha definido estrategicamente o inimigo em termos de classe.

É com o desencadear da luta armada e as novas contradições que vai suscitar no seio da sociedade colonial que as respostas se vão encontrar (Bragança, 1980: 46).

Na luta das duas linhas, Aquino salienta o que chamou “crise da gerontocracia tradicional”. De novo citando-o:

*(...) A ascensão dos jovens, que estão todavia à altura de assumir a direcção do movimento, é assim bloqueada pelos velhos, investidos da autoridade formal e que esperam preencher o vazio deixado pelo ocupante e recolher a herança colonial. É a ala **reformista** que se prepara, como algures em África, para se substituir ao ocupante ao mesmo tempo que quer “**manter intacta a máquina político-administrativa colonial**” (comunicado do Comité Central de Maio de 1970). Em suma, é a crise da gerontocracia tradicional - o pôr de novo em questão pela “jovem geração armada” uma sociedade hierarquizada e elitista sobre-determinada por um conflito de classes (...)* (Bragança, 1980: 47).

O conflito teve várias facetas, algumas delas dramáticas. Mas, segundo Aquino, a situação inverteu-se através de Samora Machel, um homem que combinou origem camponesa, longa tradição familiar de resistência à opressão e conhecimento dos teóricos clássicos das guerras populares contemporâneas. Vou novamente citá-lo:

*O artesão do restabelecimento desta situação, que “**estabeleceu o equilíbrio e a confiança no comité central**” é Samora Machel, responsável pelo departamento de Defesa. De camada camponesa, Samora tem uma longa tradição familiar de resistência à opressão: os seus avós tinham chefiado os exércitos do célebre Maguiguana que, já sensível à ideia de guerra popular, tinha em vão tentado, no final do século passado, barrar a via ao ocupante estrangeiro.*

*Esta reivindicação de uma herança ancestral não o vai impedir de se impregnar dos teóricos clássicos das guerras populares contemporâneas - também eles filhos de camponeses da longínqua Ásia: Mao Tsé Tung e Giap, ao mesmo tempo que tinha em conta as condições específicas de Moçambique. A sua eleição para a presidência da FRELIMO, em Maio de 1970, consagra a vitória dos “**político-militares**” (...)* (Bragança, 1980: 48).

Permitam-me terminar a recordação deste texto de Aquino citando a sua parte final:

A luta entre as duas linhas, que se travava antes e depois do II Congresso (1968), era já uma tradução da luta de classes ou melhor, para retomar uma formulação gramsciana, uma luta entre dois blocos de classes aliados: por um lado, a aliança operário-camponesa, por outro a aliança burguesa- feudal. Por outro lado, aqueles que queriam se agarrar a uma independência puramente formal por meio de um compromisso duvidoso com o sistema colonial.

A estratégia samoriana de Moçambique independente deriva desta inserção do marxismo nas linhas de força de um projecto revolucionário de carácter profundamente nacional: "a sociedade que edificámos nas zonas libertadas continua a ser o nosso único modelo, o nosso laboratório científico". Mas, longe de se curvar sobre si mesma, a FRELIMO, faz hoje da República Popular de Moçambique a "base revolucionária" e a "placa giratória" necessária aos países conhecidos por "Linha da Frente" a fim de levar a cabo a libertação e a unidade do continente africano desembaraçando-o para sempre do odioso regime do apartheid (Bragança, 1980: 50).

Métodos de ensino e pesquisa

Hoje ainda interrogo-me sobre quais eram as grandes questões de pesquisa e ensino do Centro de Estudos Africanos. A minha resposta, a minha hipótese, é que, sob direcção geral de Aquino de Bragança e direcção científica de Ruth First, o Centro de Estudos Africanos se propôs responder a quatro questões:

1. Que modos de produção e distribuição existem no país?
2. Quais são os seus percursos históricos?
3. O que deve ser feito para que surjam condições sociais masso-lidárias?
4. Que condições regionais e internacionais podem perigar o surgimento dessas condições?

Creio que foi para responder a essas quatro questões que surgiram no centro os seguintes sete eixos de trabalho:

1. Um centro de documentação, com especial atenção dedicada aos países com regimes racistas (África do Sul e Rodésia do Sul);

2. Um curso, chamado *Curso de Desenvolvimento*, iniciado em 1978;
3. Trabalho sistemático de campo em todo o país;
4. Seminários de planificação e debate na sala 47;
5. Uma revista, chamada *Estudos Moçambicanos* (o primeiro número surgiu em 1980);
6. Relatórios de pesquisa, pesquisa que eram frequentemente encomendada pelo nosso Estado
7. Pequenos textos, que eram textos de apoio para o Curso de Desenvolvimento e para debate nos seminários.

O fundamental para mim a reter é uma concepção nova de pesquisa e ensino, uma concepção que rompeu com a estrutura clássica das ciências sociais ciosamente compartimentadas em feudos do conhecimento. Assim, no *currículum* do *Curso de Desenvolvimento*, não são privilegiadas, em si, áreas de história, sociologia, antropologia, economia, etc. As disciplinas são várias, mas não ostentam aquele enquadramento nem os nomes clássicos. Em meu entender, mais do que a intradisciplinaridade, a antidisciplinaridade era de regra.

Mas não só: havia também uma concepção de pesquisa e de ensino que não passava pela exibição de títulos universitários. O fundamental não era o título académico de alguém, mas a sua capacidade para ver, ensinar e aprender o social de forma global, transversal, dialéctica e, afinal, nova. Não foi por acaso que, lado a lado, cursavam estudantes com formação universitária (não eram muitos, na altura) e estudantes sem ela, oriundos dos mais variados sectores laborais e partidários do país.

A personalidade de Aquino - simples e questionante, interrogando e ouvindo os outros em lugar de falar de si - foi fundamental para permitir o início e a continuidade da vida científica do CEA.

A inquietação aquiniana: Oficina de História

Mas Aquino de Bragança era epistemologicamente demasiado inquieto e criador para se contentar com a estrutura que apresentei. Quero acreditar que Aquino achava essa estrutura insuficiente, ele, que tanto amava colocar questões às questões e novas perguntas às respostas.

Permitam-me citar a seguinte passagem de um texto de Jacques Depelchin (um dos mais chegados companheiros de percurso) intitulado "Por que falar de Aquino de Bragança?", de 2008:

Gostava muito da história como disciplina, mas também não no sentido praticado pelos donos da disciplina. Preferia sempre pensar indisciplinadamente como por exemplo quando, pensando alto, perguntava retoricamente, “E se as Zonas Libertadas tivessem sido os nossos sovietes?” Uso irreverente? Talvez, mas também ilustração dum pensar em constante movimentação, disciplinando-se, organizando-se mentalmente para não ficar atrás do evento histórico. Como Director do CEA, insistiu para criação do Núcleo de História (conhecido como Oficina de História). “Oficina” como tradução de “workshop” ou “atelier” para acrescentar o facto de que a história está sempre mudando, conforme as perguntas colocadas. Sentia e partilhava a urgência de conhecer e fazer conhecer a história das Zonas Libertadas (e sobretudo de Cabo Delgado) a partir da boca dos/das que de 1962/64 até 1974/5 foram a ponta da lança duma vitória que nem a Ofensiva Nó Górdio (1970-72) conseguiu parar. (...) Uma das suas preocupações era “desideologizar” a história e evitar que houvesse temas ou perguntas tabus.

Em Julho de 1984 acompanhou a equipa da Oficina de História para o distrito de Mueda para ver/saber do(a) s camponês(a)s como tinham vivido aquele processo, pois as Zonas Libertadas eram muito mais do que uma vitória militar. Ilustrou, essa vitória, que, ao contrário do que pensavam os líderes do apartheid e de Portugal, Moçambicanos/Africanos eram capazes de vencer na teorização, organização e execução dum processo de libertação sem pedir licença. Como já mencionei mais acima, esta ousadia será paga com uma guerra quantíssima e brutal, friamente atizada pelos protagonistas hegemónicos da Guerra Fria. Quem sabe, talvez no próximo século será declarada, essa guerra, um crime contra a Humanidade, caso ela sobreviva (Depelchin, 2008).

Pequena nota pessoal

Permitam-me uma pequena nota pessoal: tenho o prazer e a honra de produzir hoje o elogio académico desse extraordinário e simples cientista que foi Aquino de Bragança. Por cinco razões básicas: (1) fui em 1977 aluno da Cadeira de História das Lutas de Libertação no bacharelato de História da então Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, Cadeira regida por Aquino de Bragança; (2) fui um dos três quadros da Universidade Eduardo Mondlane seleccionado para frequentar o primeiro Curso de Desenvolvimento de 1978/1979, do qual guardo, com muito orgulho, o respectivo diploma; (3) participei em 1977 ou em 1978, já não me recordo bem, na seleção de investigadores do centro, juntamente com Ruth First e Marc Wuylts; (4) Como aluno do Curso de Desenvolvimento, fui frequentador assíduo dos seminários

e dos debates (quantas vezes acalorados) ocorridos na famosa sala 47 do Centro de Estudos Africanos, no mesmo corredor onde, em 1982, um engenho explosivo matou Ruth First; (5) Fui um dos autores do primeiro número da revista *Estudos Moçambicanos*, saído em 1980.

Pois pois

Penúltimo ponto deste elogio.

Era frequente, em sua bondade mas também em sua fina ironia, Aquino usar a seguinte expressão, uma dupla conjunção: “Pois pois”.

Então e à boa maneira africana, estou certo de que o espírito de Aquino de Bragança está aqui hoje connosco, bonacheirão, sorrindo multiculturalmente, cidadão de todas as pátrias com epicentro na nossa, dizendo, sóbrio e orgulhoso: “Pois pois”.

Referências bibliográficas

Bragança, A. (1980). “O Marxismo de Samora”. *Três Continentes* nº.3, Setembro.43-50. Comunicação apresentada ao Congresso de Sociologia em Upsala, Suécia.

Depelchn, J. (2008). “Porque Falar de Aquino de Bragança?” *Pambazuka*, acesso em: <http://pambazuka.org/pt/category/features/47521> Data de acesso; 03/02/2013.